Processo TC nº 000.430/2014-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em desfavor do Sr. Cezar Roberto Medeiros Araújo, ex-prefeito do Município de Morros/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pela União ao Município, mediante o Convênio nº 655892/2008, Siafi 624805 (peça 1, p. 136-154), que teve por objeto a aquisição de veículo automotor destinado ao transporte escolar.

2. Após a regular citação do responsável, que se manteve silente, a unidade técnica propõe julgar as suas contas irregulares, com a condenação em débito e a aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92.

3. Com vênias por discordar da unidade técnica, entendo que esta tomada de contas necessita de providências adicionais antes do seu julgamento.

4. Observo que o ajuste, firmado em 27/05/2008, vigorou por 210 dias, até 22/12/2008. A prestação de contas deveria ter sido apresentada até 20/02/2009, já durante o mandato do prefeito sucessor. Dessa forma, a omissão na prestação de contas não pode servir de fundamento para a sua condenação, sendo necessário que esteja devidamente caracterizada nos autos a sua responsabilidade.

5. Como não houve prestação de contas, não existem nos autos nem sequer os extratos da conta do convênio. É impossível, portanto, verificar se a totalidade dos recursos foi utilizada pelo ex-prefeito ou se restou qualquer saldo ao fim de seu mandato, hipótese na qual haveria responsabilidade do sucessor.

6. Assim, entendo necessário realizar diligência ao Banco do Brasil ou ao próprio Município, para que apresente os extratos bancários da conta do convênio (ag. 2555, conta 240192), bem como das aplicações financeiras a ela vinculadas, desde 19/06/2008, data da emissão da ordem bancária (peça 13), até o seu encerramento.

7. Além disso, observo que recentemente foi atualizado o endereço do responsável na base de dados da Receita Federal, conforme pesquisa à peça 12. Dessa forma, entendo que, após devidamente concluída a diligência e caso se confirme a responsabilidade do Sr. Cezar Roberto Medeiros Araújo, deve ser realizada nova tentativa de citação no novo endereço indicado.

8. Pelo exposto, este representante do Ministério Público propõe que os autos sejam restituídos a unidade técnica, para que sejam providenciadas a diligência para obtenção dos extratos bancários da conta do convênio e a nova citação do responsável.

Ministério Público, em outubro de 2014.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral